



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP) / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)
Concurso Público – Aplicação: 26/1/2002

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL

- Nas questões de 1 a 40, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará anulação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.
- Nas questões de 1 a 6, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* mencionados.

PROVA OBJETIVA

Texto I – questões 1 e 2

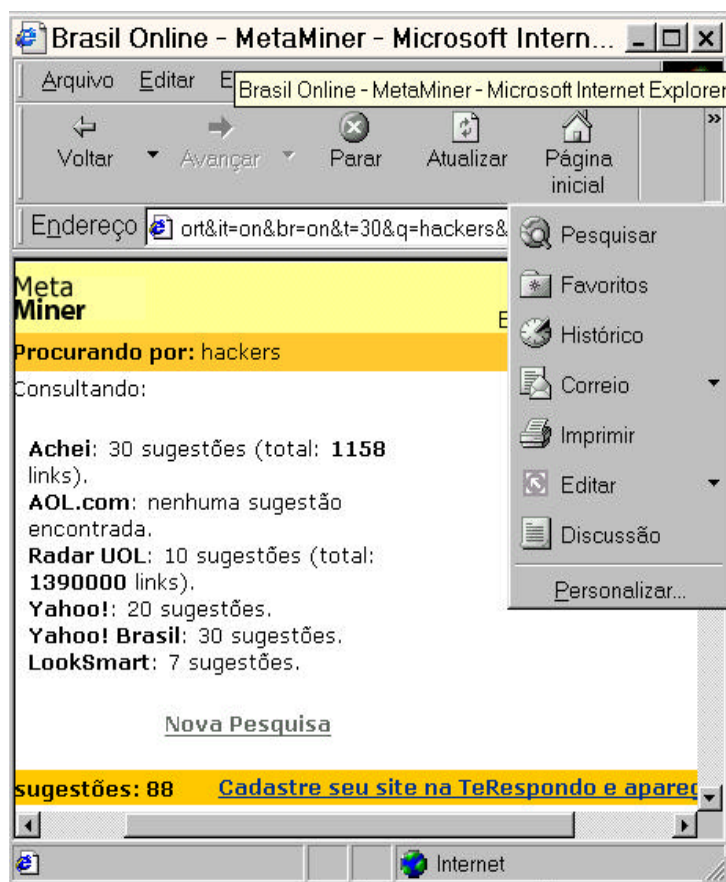
- 1 Se a Web parasse de crescer hoje, uma criança, visitando uma média alucinante de 100 páginas por dia, gastaria toda a sua vida e, mesmo assim, conheceria apenas 0,1% do que já foi publicado. É isso mesmo. A Web reunia em 31/7/2000 mais de 2,3 bilhões de páginas. Desde então, em média, 7 milhões de páginas novas estão sendo agregadas todos os dias a ela.

- A pergunta que se segue é inquietante: como encontrar a informação certa nesse universo sem limites? A primeira dica é explorar ao máximo os mecanismos de busca especializados. Embora os diretórios e os motores de busca genéricos ainda sejam os preferidos, apenas 21,2% dos internautas encontram sempre o que precisam quando recorrem a esses serviços. A criação de *bookmarks* com os *sites* de referência mais quentes também é uma atitude correta. Na hora de buscar uma estatística ou uma informação para a conclusão de um trabalho, as chances de que eles tenham a resposta é muito grande.

- Como não basta obter informações — precisa-se também organizá-las e armazená-las —, é importante escolher os *catalogadores*, os bancos de dados e os meios de armazenamento que melhor atendam às suas necessidades.


Info Exame, ano 15, n.º 173, ago./2000, p. 67 (com adaptações).

- Com o objetivo de realizar uma pesquisa na Internet acerca das páginas da Web que contenham a palavra *hackers*, um escrivão de Polícia Federal acessou, por meio do Internet Explorer 5, executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows 98, a página de um *site* de busca. Uma das páginas obtidas nessa pesquisa está ilustrada na figura ao lado, que mostra uma janela do Internet Explorer 5.





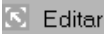

QUESTÃO 1

Com relação ao texto I e à figura nele mostrada, julgue os itens abaixo.

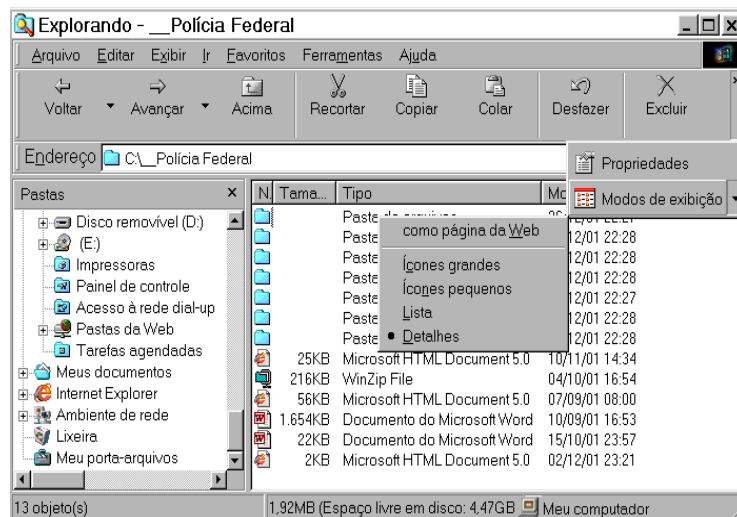
- Mantêm-se as relações de idéias originais e a correção gramatical ao se reescrever o primeiro período do texto da seguinte forma: **Caso a rede mundial de computadores (WWW) parasse de crescer, hoje, uma criança que visitasse uma média de 100 páginas por dia, conheceria, ao longo da vida, apenas um por cento do que já foi publicado.**
- O Yahoo!, o AltaVista e o Cadê? são exemplos de “motores de busca” mencionados na linha 11 do texto.
- “A criação de *bookmarks* com os *sites* de referência” (R.14) desejados por um usuário da Internet pode ser realizada utilizando-se, entre outras ferramentas, os recursos de *sites* favoritos, acessados mediante o botão  **Favoritos** do Internet Explorer 5.
- O termo “eles” (R.17) refere-se a “internautas” (R.12).
- Entre os meios de armazenamento que podem ser utilizados por um usuário que precise realizar o *backup* de informações obtidas na Internet, incluem-se *winchester*, CD-ROM e fita magnética.

QUESTÃO 2


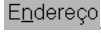



Considerando o texto I e a figura nele mostrada, julgue os itens a seguir.

- 1 O conteúdo de uma página obtido como resultado da pesquisa realizada pelo escrivão, citada no texto, poderá ser enviado a diversos destinatários por meio de recursos de correio eletrônico acessados mediante o botão  do Internet Explorer 5.
- 2 Um dos recursos encontrados no Internet Explorer 5, quando executado no Windows 98, refere-se à possibilidade de, durante a realização de uma pesquisa em um *site* de busca, ao se clicar no botão , automaticamente os recursos de busca avançada do *site* serem acionados, desde que o *site* deles disponha.
- 3 Desde que o seu computador esteja devidamente configurado, ao clicar no menu , o usuário estará acessando o *software* Microsoft FrontPage, que permite editar a página mostrada na figura. Por meio desse aplicativo, pode-se modificar essa página e salvar, adequadamente, as modificações realizadas.
- 4 Um recurso muito utilizado por usuários da Internet é a correspondência com os desenvolvedores ou mantenedores do *site* visitado. Muitos *sites* disponibilizam esse recurso na forma de uma sala de bate-papo, em que usuários podem fazer críticas e tirar dúvidas acerca das informações contidas na página. Caso esse recurso estivesse disponível no *site* referente à página mostrada na figura do texto, ao clicar no botão , automaticamente o usuário acessaria a sala de bate-papo específica do *site*.
- 5 A Internet é um exemplo típico de que a globalização rompe as fronteiras nacionais, agiliza a troca de informações, o intercâmbio de idéias, as transações financeiras, oferecendo tudo isso em um ambiente completamente seguro, apesar de virtual.

QUESTÃO 3



A figura acima ilustra uma janela do Windows Explorer, que está sendo executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows 98. Com base nessa figura, julgue os seguintes itens, acerca do Windows Explorer e do Windows 98.

- 1 Os treze objetos indicados no canto inferior esquerdo da janela mostrada na figura referem-se aos objetos — arquivos e pastas — armazenados no diretório  C:\Polícia Federal, desconsiderando-se os objetos localizados nos subdiretórios contidos nas pastas desse diretório mostradas na figura.
- 2 Supondo que o computador possua dois *winchesters* de mesma capacidade instalados, é correto concluir que a capacidade de armazenamento de cada *winchester* é inferior a 3 GB.
- 3 Ao se digitar um determinado URL no campo , e, em seguida, acionar a tecla , o Windows Explorer e o Internet Explorer serão simultaneamente executados, com o Windows 98 permitindo mesclar informações de um e de outro aplicativo em uma mesma janela.
- 4 Se a opção  for acionada, todos os objetos do diretório  C:\Polícia Federal serão definidos como favoritos do Internet Explorer 5. Com esse recurso, é possível acessar o conteúdo desses objetos a partir do Internet Explorer 5, constituindo esse um recurso diferencial entre o Windows 98 e seus antecessores.
- 5 Pela figura, é correto afirmar que o computador possui, entre outros periféricos, um disco removível que pode ser, por exemplo, uma unidade de Zip drive. Pode-se, ainda, observar na figura que esse computador pertence a uma rede *dial-up*, possuindo, necessariamente, uma placa de *fax/modem* e uma placa de rede.

instaladas.







Texto II – questões 4 e 5

A figura abaixo mostra, na área de trabalho do Word 2000, a parte inicial de um artigo extraído da edição n.º 171, de dezembro de 2001, da revista **Superinteressante**, que trata do terrorismo eletrônico por meio da rede mundial de computadores.





QUESTÃO 4

Com base no texto II e considerando o Word 2000, julgue os itens seguintes.



- 1 Posicionar o cursor sobre qualquer palavra do parágrafo iniciado por “A facilidade” e, em seguida, clicar em , fará que todo esse parágrafo fique com a formatação das margens idêntica à do parágrafo precedente.
- 2 Caso o usuário deseje excluir o trecho “A maior parte dos danos vêm”, no segundo parágrafo do artigo, é suficiente que ele clique imediatamente à esquerda desse trecho; pressione a tecla  e, mantendo-a pressionada, clique imediatamente à direita desse trecho; libere a tecla ; e clique em .
- 3 O termo “online” que aparece no título do artigo está com a fonte formatada em itálico. Para obter esse efeito, o usuário pode ter realizado o seguinte procedimento: digitou o termo no mesmo estilo do restante do título; deu um clique duplo sobre ele; clicou em **Formatar**, para acessar uma lista de opções; nessa lista, clicou em Fonte; na janela decorrente dessa ação, escolheu, na caixa Estilo da fonte, a opção Itálico; finalmente, clicou em OK.
- 4 Suponha que o usuário execute a seguinte sequência de ações: clique imediatamente à esquerda da expressão “Apesar de”, no quarto período do primeiro parágrafo do artigo; pressione a tecla  e, mantendo-a pressionada, clique imediatamente à direita da referida expressão; tecle ; pressione sucessivamente as seguintes teclas: **e m b o r a**. Nessa situação, o usuário

terá realizado uma alteração gramática e semanticamente correta.


- 5 Caso deseje enviar, via correio eletrônico, o documento em edição, é suficiente que o usuário adote o seguinte procedimento: clicar em ; digitar, no campo correspondente, o endereço eletrônico do destinatário; clicar em Enviar uma cópia; clicar em  para retornar ao ambiente do Word 2000.

QUESTÃO 5

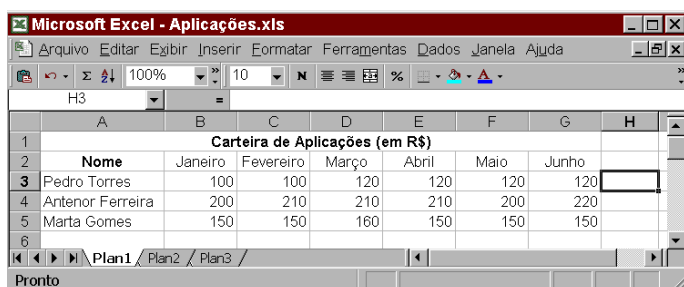
Ainda com base no texto II e considerando o Word 2000, julgue os itens a seguir.

- 1 Por meio do menu **Ferramentas**, é possível a correção automática de erros comumente cometidos durante a digitação. Por exemplo, o Word 2000 permite que o erro cometido ao se digitar duas iniciais maiúsculas seja automaticamente corrigido.
- 2 O Word 2000 permite que o usuário inicie a digitação em qualquer ponto da página em branco. Para isso, é necessário que o documento esteja no modo de exibição Layout de impressão ou Layout da Web.
- 3 Caso o usuário deseje encontrar sinônimos para uma palavra, é suficiente posicionar o cursor sobre ela e pressionar, simultaneamente, as teclas  e .

Esse procedimento abre o dicionário de sinônimos do Word 2000.




- Em documentos com muitas páginas e com vários tipos de informações, como títulos, tabelas e gráficos, uma maneira de deslocar o cursor rapidamente no documento é utilizar o botão de procura , localizado na barra horizontal de rolagem.
- Para imprimir o documento com cada página numerada em seu canto superior direito, é suficiente que o usuário siga o seguinte procedimento: no menu **Ferramentas**, escolha **Opções**; na janela disponibilizada depois dessa ação, clique na aba **Imprimir** e marque, em **Posição**, **Canto superior direito**; clique em **OK**; no menu **Inserir**, clique em **Número de páginas**.

QUESTÃO 6



	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Carteira de Aplicações (em R\$)							
2	Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
3	Pedro Torres	100	100	120	120	120	120	
4	Antenor Ferreira	200	210	210	210	200	220	
5	Marta Gomes	150	150	160	150	150	150	
6								

Um empregado de um banco elaborou, no Excel 2000, a planilha mostrada na figura acima, contendo os depósitos mensais realizados por pequenos investidores. Essa carteira de investimentos do banco tem um rendimento igual a 1% ao mês, que incide sobre o saldo acumulado. Com relação a essa situação, julgue os itens subsequentes.

- Para calcular o saldo total acumulado na conta do investidor Pedro Torres até o mês de “Junho”, pondo o resultado na célula H3, é suficiente que o empregado realize a seguinte seqüência de ações: clicar na célula H3; clicar em ; teclar **<<**; clicar novamente na célula H3; clicar em ; teclar **1** e, em seguida, teclar **<<**.
- Para copiar o conteúdo da célula A2 para a célula H2, é suficiente que o empregado realize o seguinte procedimento: clicar na célula A2; pressionar a tecla **S** e, mantendo-a pressionada, teclar **C**, liberando, em seguida, a tecla **S**; clicar na célula H2; pressionar a tecla **S** e, mantendo-a pressionada, teclar **V**, liberando, em seguida, a tecla **S**.
- Todas as células de A2 até A5 serão selecionadas se o empregado aplicar um clique duplo na célula A2 e, em seguida, aplicar um clique duplo na célula A5.
- Para apagar os conteúdos das células A3, A4 e A5, o empregado tem, como uma das possíveis opções, selecionar essas células e teclar .
- Para classificar em ordem alfabética crescente a relação de investidores, é suficiente que o empregado adote o seguinte procedimento: clicar na célula A2; pressionar a tecla **|** e, mantendo-a pressionada, clicar na célula G5; clicar em **Ferramentas**; escolher a opção **Classificar**.

QUESTÃO 7

Com relação à contabilidade, julgue os itens a seguir.

- Uma empresa estará utilizando recursos próprios para realizar investimentos adotando o custo de oportunidade do capital como parâmetro de tomada de decisão, quando os capitais de

terceiros (passivo circulante e passivo exigível a longo prazo) forem inferiores aos ativos circulantes e não for requerida a elevação do nível de dívidas para a aplicação de capital.

- Na contabilidade oficial de uma empresa, a compra de máquinas novas deverá ser registrada no ativo imobilizado ao custo, incluindo os gastos necessários à obtenção dos bens em condições de operação ou funcionamento.
- De acordo com o regime de competência, os bens imobilizados tangíveis devem ser depreciados por um período correspondente ao do benefício econômico esperado pela utilização desses bens, com registro a débito de contas de despesa e a crédito da conta de depreciação acumulada.
- O patrimônio líquido só será considerado como um recurso próprio dos acionistas quando o seu valor for superior ao ativo permanente.
- As reservas de capital são aquelas formadas pelos lucros da companhia e não entram no cômputo dos recursos próprios ou de terceiros.

QUESTÃO 8

Julgue os itens abaixo, acerca de aspectos de contabilidade.

- O aumento da alíquota de ICMS sobre os produtos de uma empresa que atua em um mercado altamente competitivo, cujos itens de venda tenham demanda elástica, produzirá um registro na conta de deduções da receita bruta de valor proporcionalmente maior em relação à receita bruta e uma redução da margem de receita líquida em relação à receita bruta.
- Uma empresa comercial com estoques iniciais de R\$ 10.000,00 e finais de R\$ 15.000,00, que tenha feito compras líquidas no valor de R\$ 180.000,00 no período, terá de apresentar um custo de mercadorias vendidas, nesse mesmo período, de valor superior a R\$ 176.000,00.
- A aquisição, por R\$ 2 bilhões, do controle acionário de uma companhia cujo valor de patrimônio líquido do investimento seja de R\$ 1,5 bilhão implicará o registro de um ganho com a equivalência patrimonial de R\$ 500 milhões no momento da compra.
- Uma companhia que, em determinado exercício social, apresente prejuízo de R\$ 100.000,00 e tenha lucros acumulados de R\$ 200.000,00 poderá, em consonância com as normas da Lei das S.A., distribuir dividendos no valor de R\$ 50.000,00.
- Uma empresa que apresente, em diversos meses, saldo de caixa elevado em relação ao saldo na conta bancos pode estar dando evidências de ingresso de capital sem registro na conta capital social.

QUESTÃO 9

As captações externas de empresas e bancos brasileiros vêm ganhando fôlego e têm ajudado o dólar a cair. Nas duas últimas semanas, foram finalizadas operações correspondentes a US\$ 930 milhões. Há nada menos que US\$ 4,4 bilhões em operações no forno, segundo levantamento feito pelo jornal **Valor**. Especialistas acreditam que o governo federal deverá

lançar papéis só no início de 2002, para não estragar a festa dos emissores corporativos.

Toda essa movimentação ajuda o dólar a iniciar a semana a R\$ 2,39, abaixo de R\$ 2,40 pela primeira vez desde 3 de julho. A queda na sexta-feira foi de 1,32%, acumulando um tombo de 15,7% desde o pico de R\$ 2,835, no dia 21 de setembro.

Muitos dos dólares obtidos nas captações externas não entram no Brasil, não impactando diretamente o mercado de câmbio. Os US\$ 500 milhões em títulos com seguro da AmBev, acreditam os especialistas, deverão ficar no exterior para investimentos.

Cristiane Perini Lucchesi. **Captações de US\$ 5,3 bi ajudam dólar a cair.** In: *Valor Econômico online*, 10/12/2001 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 A queda do dólar em relação ao real ocorrida no mês de dezembro de 2001 deveu-se, principalmente, à decisão da União Européia, tomada nesse mês, de adotar o euro como moeda única dos países-membros desse bloco econômico, a partir de janeiro de 2002, criando, assim, uma moeda mais forte que o dólar.
- 2 A seguinte afirmação: **a apreciação cambial do real contribui para a diminuição da pressão de crescimento dos índices inflacionários**, além de correta do ponto de vista econômico, resume adequadamente o texto acima.
- 3 O Banco Central do Brasil pode estar reforçando a queda do dólar mencionada no texto, pois ela melhora a relação entre a dívida e o produto interno bruto do país no fechamento do ano, quando os números são apresentados ao Fundo Monetário Internacional, em função do acordo que o Brasil mantém atualmente com essa instituição, acordo esse criticado por partidos de oposição ao governo FHC.
- 4 As empresas optam por captar recursos externamente em função de as taxas de juros do mercado internacional serem menores que as praticadas no mercado financeiro brasileiro.
- 5 O governo federal brasileiro, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, estará impedido de emitir títulos no exterior para a captação de recursos a partir de 1.º/1/2005.

QUESTÃO 10

Existem dois tipos de punições para o não-cumprimento das regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal: as punições fiscais, que correspondem ao impedimento do punido para o recebimento de transferências voluntárias, a contratação de operações de crédito e a obtenção de garantias para a sua contratação; e as sanções penais, que envolvem o pagamento de multa com recursos próprios (podendo chegar a 30% dos vencimentos anuais), a inabilitação para o exercício da função pública por um período de até cinco anos, a perda do cargo público e a cassação de mandato, e, finalmente, a prisão.

Edson Ronaldo Nascimento. **Punições para o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

O texto acima refere-se à legislação relativa à responsabilidade fiscal, que revolucionou a administração financeira e orçamentária no Brasil. Com referência a esse assunto, os atos da administração financeira e orçamentária que, no Brasil, estão caracterizados apenas como crime de responsabilidade incluem

- 1 ordenar operação de crédito com inobservância de limite estabelecido em resolução do Senado Federal.
- 2 autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada.
- 3 prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- 4 deixar de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.
- 5 deixar de promover a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro.

QUESTÃO 11

A gestão da administração é tema dos mais instigantes, vindo à tona com a reforma da administração pública brasileira impulsionada pela Emenda Constitucional n.º 19/1998. A introdução, no ordenamento jurídico brasileiro, das agências executivas e das organizações sociais representou significativa mudança na estrutura e no modo da administração pública no Brasil. Associada a isso, a previsão da descentralização dos serviços públicos, por meio de convênios de transferência entre os entes federados, deu uma nova

dinâmica ao modo de conduzir os serviços públicos. É possível dizer que as agências executivas e as organizações sociais, por meio do contrato de gestão, instalaram uma nova era na administração pública do Brasil.

Christine Oliveira Peter da Silva. **A reforma administrativa e a Emenda n.º 19/1998: uma análise panorâmica.** In: *Revista Jurídica Virtual* (com adaptações).

Acerca das organizações sociais, mencionadas no texto

acima, julgue os itens seguintes.

- 1 As organizações sociais se encaixariam naquilo que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado denomina de serviços exclusivos, que são aqueles que, por envolver o poder de Estado, o próprio Estado realiza ou subsidia. O Estado tem interesse nesses serviços porque os considera de alta relevância para os direitos humanos ou porque envolvem economias externas.
- 2 As organizações sociais são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade, regulado por meio dos contratos de gestão. O Estado continuará a fomentar as atividades geridas pelas organizações sociais publicizadas e exercerá sobre elas um controle estratégico: lhes cobrará os resultados necessários à consecução dos objetivos das políticas públicas.
- 3 As organizações sociais são uma inovação constitucional, pois representam uma nova figura jurídica. Fazem parte da administração pública, embora constituam pessoas jurídicas de direito privado. A grande novidade repousa mesmo na sua constituição mediante decreto executivo.
- 4 Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão da administração federal com uma organização social, ao tomarem conhecimento da prática de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por essa organização social, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- 5 Não se deve entender o modelo proposto para as organizações sociais como um simples convênio de transferência de recursos. Os contratos e as vinculações mútuas serão mais profundos e permanentes, uma vez que as dotações destinadas a essas instituições integrarão o orçamento da União, cabendo a elas um papel central na implementação das políticas sociais do Estado.

QUESTÃO 12

Quanto a aspectos da Constituição brasileira vigente, julgue os itens a seguir.

- 1 Devido à destinação do Senado Federal no sistema bicameral do Poder Legislativo brasileiro, para mais bem atender ao modelo constitucional de organização do Poder Legislativo, os estados mais populosos, como São Paulo e Rio de Janeiro, necessariamente deveriam possuir maior número de senadores que os estados com menor colégio eleitoral, como Minas Gerais e Bahia.
- 2 Segundo a Constituição brasileira, são interdependentes as candidaturas a presidente e a vice-presidente da República, de maneira que ambas são registradas conjuntamente. Entretanto, isso não significa que ambos os candidatos devam ser necessariamente do mesmo partido político, conforme bem exemplifica a situação atual.
- 3 Uma das competências do chefe do Poder Executivo federal é a expedição de decretos, com a finalidade de regulamentar as leis no seio da administração pública; essa competência não dá ao presidente da República, porém, o poder de baixar decretos tratando plenamente de matérias ainda não disciplinadas por lei, ou seja, não pode ele, na vigente ordem constitucional, editar os chamados decretos autônomos.
- 4 As polícias civis, órgãos dos estados federados, têm a atribuição precípua de exercer a função de polícia judiciária, isto é, a de investigar o cometimento de delitos e a de auxiliar a execução de decisões processuais penais; por isso, essas polícias não integram o sistema constitucional de segurança pública.
- 5 A Constituição brasileira tem sido considerada pelos governos de outros países como extremamente inovadora — tema que foi abordado em discursos feitos na Assembléia Geral das Nações Unidas ocorrida em novembro de 2001 — por já ter normatizado, por meio de recente emenda constitucional, os direitos autorais de publicações eletrônicas brasileiras, os chamados *e-books*, disponibilizadas via processo de

download de sites de domínio público na Internet.

QUESTÃO 13

Acerca do direito constitucional e do direito administrativo, julgue os seguintes itens.

- 1 O Departamento de Polícia Federal (DPF), embora exerça a função de polícia judiciária da União, não tem suas atribuições estritamente associadas à justiça federal, de maneira que não lhe compete apenas investigar delitos contra o interesse, o patrimônio ou o serviço da administração pública federal; cabe-lhe, também, apurar outros delitos, nos termos da lei, em virtude de determinadas características deles, ainda que seu processo e julgamento não compita à justiça federal.
- 2 Se algum órgão público com competência investigatória, como o DPF ou o Ministério Público Federal (MPF), detectar desvio de verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde, a competência para processar e julgar o responsável pelo desvio será necessariamente da justiça federal, uma vez que, segundo a Constituição da República, todo o financiamento daquele sistema deve ser feito com verbas da União.
- 3 Se a administração pública praticar ato que satisfaça a interesse seu mas que desatenda ao fim especificamente previsto na lei autorizadora do ato, terá havido ofensa ao princípio da finalidade, por desvio desta.
- 4 Sabendo que a Caixa Econômica Federal (CAIXA) é empresa pública federal que explora atividade econômica própria das empresas bancárias, conclui-se que, se o Congresso Nacional aprovasse lei ordinária estabelecendo isenção do imposto sobre a renda em favor dela, essa lei seria inconstitucional, pois é constitucionalmente admissível que o Estado, em certos casos, explore atividade econômica, mas, ao fazê-lo, deve submeter-se, o máximo possível, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não sendo lícito que goze de privilégios fiscais não-extensíveis a elas.
- 5 Considere as seguintes situações hipotéticas.
O funcionário público Aristóteles, que ocupava determinado cargo público, dele pediu exoneração, por haver sido aprovado em concurso público promovido pelo DPF. A funcionária pública Ceres, no exercício da função, contraiu moléstia grave e veio a falecer. O funcionário público Juscelino, por sua vez, foi promovido para cargo mais elevado na carreira de que fazia parte.
Em cada uma das situações, houve vacância do cargo antes ocupado pelo funcionário; nos dois primeiros casos, ela deu-se com extinção do vínculo, ao contrário do último, em que houve manutenção do vínculo. No caso do funcionário Aristóteles, a vacância ocorreu por vontade do agente público.

QUESTÃO 14

Em relação ao direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 1 O poder de polícia fundamenta-se em vínculo geral que existe entre a administração pública e os administrados e visa à satisfação do interesse público; por isso, pode incidir sobre qualquer direito do cidadão sem causar ofensa aos direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico, desde que respeite os princípios constitucionais da administração.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Certa empresa era concessionária de serviço público de telefonia. Por motivos técnicos, divulgou, pela imprensa oficial e em veículos de imprensa de grande alcance, que determinadas centrais telefônicas ficariam inoperantes durante algumas horas em dia próximo, a fim de que, nelas, se fizessem serviços de manutenção preventiva.
Nessa situação, a despeito das cautelas adotadas pela empresa, é juridicamente correto afirmar que houve ofensa ao princípio da continuidade dos serviços públicos, o que, por sua vez, poderia justificar a aplicação de penalidade à empresa por parte do poder concedente.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Em determinado município, o prefeito deliberou ampliar o hospital público, que não mais atendia à demanda dos munícipes. O promotor de justiça da comarca, após instaurar inquérito civil e não ter sucesso em recomendação que enviou à prefeitura, ajuizou ação civil pública procurando demonstrar que, apesar da necessidade da ampliação do hospital, o município carecia muito mais da construção de novas escolas. Dessa maneira, a ação buscava demonstrar que seria mais oportuna e conveniente a utilização dos recursos públicos na educação e não na saúde.
Nessa situação, poderia o juiz de direito da comarca, se julgasse procedente o pedido da ação, revogar a decisão do prefeito e determinar à municipalidade a construção das escolas.
- 4 A legislação dos servidores públicos civis da União (Lei n.º 8.112/1990) não trata de casos de vitaliciedade, mas, sim, de estabilidade, pois aqueles são previstos na própria Constituição da República.
- 5 O policial integrante do DPF não pode dele afastar-se para prestar serviço a nenhum outro órgão público, salvo mediante autorização do diretor-geral daquele; por outro lado, em caso de emergente necessidade da segurança nacional ou manutenção da ordem, o policial pode ter suspenso o gozo de férias, das quais usufruirá oportunamente.

QUESTÃO 15

A respeito do direito administrativo e do direito penal, julgue os itens abaixo.

- 1 O policial federal que cometer crime poderá ser preso preventivamente como qualquer cidadão, diferenciando-se quanto ao local em que deverá permanecer até o julgamento; uma vez transitada em julgado sentença condenatória, ele deverá ser transferido para penitenciária, onde cumprirá a pena juntamente com os demais condenados, em localização e condições idênticas.
- 2 Se um empregado de uma sociedade de economia mista apropriar-se de bens do patrimônio dela, poderá responder penalmente por seu ato e também estará sujeito a ação por improbidade administrativa.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Josefa era dirigente de um órgão da administração pública indireta e recebeu propina de uma empresa com a finalidade de beneficiá-la em processo licitatório realizado por aquele órgão.
Nessa situação, Josefa poderá ser punida por crime contra a administração pública, mas não por ato de improbidade administrativa, uma vez que o recebimento de propina, por si só, não causa dano ao erário.
- 4 As infrações penais são divididas pelos juristas em diversas classificações, consoante diferentes critérios. Uma delas denomina certos crimes como de mão própria, isto é, aqueles que somente podem ser perpetrados pelo próprio agente e de forma direta; exemplo dessa espécie é o falso testemunho. Por outro lado, nos crimes de mão própria, é juridicamente possível configurar-se caso de concurso de pessoas.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Márcia resolveu disputar corrida de automóveis no centro de uma cidade, em ruas com grande fluxo de veículos e pedestres. Ela anteviu que a corrida poderia causar acidente com conseqüências graves, mas, mesmo assim, assumiu o risco. De fato, Márcia, ao perder o controle do automóvel, acabou matando uma pessoa, em decorrência de atropelamento.
Nessa situação, houve o elemento subjetivo que se conhece como dolo eventual, de modo que, se esses fatos fossem provados, Márcia deveria ser julgada pelo tribunal do júri.

QUESTÃO 16

No atinente ao direito penal, julgue os itens a seguir.

- 1 Entende-se por sujeito passivo do delito o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado; assim, se um indivíduo cometer homicídio contra uma criança, esta será o sujeito passivo do crime, sendo irrelevante, para esse fim, o fato de ela ser juridicamente incapaz.
- 2 A fim de evitar acusações indesejáveis contra o cidadão, a teoria da tipicidade das normas aceita pelo vigente Código Penal (CP) inclui nos tipos penais unicamente elementos objetivos, isto é, aqueles que se referem aos fatos concretos que configuram a lesão à norma penal, e não elementos subjetivos nem de nenhuma outra natureza.
- 3 Se um indivíduo praticou ato jurídico penalmente atípico, isso impede que se lhe atribua culpabilidade, sob a perspectiva do direito penal.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Perseu era escrivão de Polícia Federal e, atendendo a ordem de missão expedida pelo delegado competente, acompanhava equipe policial em diligência investigatória regular. Durante ela, encontraram um indivíduo em situação de flagrância e deram-lhe voz de prisão. O indivíduo resistiu e sacou arma de fogo, com a qual disparou contra a equipe. Não havendo alternativa, Perseu disparou contra o indivíduo, alvejando-o mortalmente.
Nessa situação, ao ato de Perseu falta o elemento da ilicitude, de maneira que não é juridicamente correto imputar-lhe crime de homicídio.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Rosa, pessoa de pouca instrução, residia em uma gleba havia mais de trinta anos. Como a gleba jamais fora reivindicada por pessoa ou autoridade alguma, Rosa tinha a plena convicção de ser a gleba de sua propriedade. Dessa gleba, ela costumeiramente retirava alguma quantidade de madeira. Certo dia, compareceu ao local um funcionário, que comunicou a Rosa ser aquela área de propriedade da União. Por constatar a subtração da madeira, o funcionário representou a um procurador da República, para que Rosa fosse processada por furto. Após investigação, o procurador da República promoveu o arquivamento da representação, por entender que, diante da provada convicção de Rosa de ser sua a propriedade da terra, ela incorrera em erro sobre elemento do tipo de furto.
Nessa situação, agiu de maneira juridicamente correta o procurador da República, uma vez que o furto somente é punível a título de dolo.

QUESTÃO 17

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relativa ao direito penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Martiniano foi obrigado, por pessoas que se diziam amigos seus, a ingerir bebida alcoólica até ficar completamente embriagado. Em seguida, essas pessoas levaram-no consigo e, com ele, cometeram roubo contra agência bancária. Nessa situação, por não ser patológica, a embriaguez de Martiniano não lhe retira a imputabilidade nem diminui a pena aplicável ao ato.
- 2 Juliana era conhecida de Múcio, funcionário de autarquia federal, e sobre ele a primeira possuía grande ascendência. Juliana não era funcionária pública e, durante muito tempo, tentou convencê-lo a subtrair um equipamento, de pequeno porte mas valioso, que havia no ente público, até que Múcio anuiu e efetuou a subtração. Nessa situação, Múcio cometeu peculato e, pelo fato de esse delito ser próprio de funcionário público, Juliana não poderia ser punida como partícipe do crime.
- 3 Rui era engenheiro e participava da construção de uma rodovia, para a qual seria necessária a destruição de uma grande rocha, com o uso de explosivos. Rui, contudo, por insuficiência de conhecimentos técnicos, não calculou bem a área de segurança para a explosão. Por isso, um fragmento da rocha acabou atingindo uma pessoa, a grande distância, matando-a. Nessa situação, devido ao fato de a morte haver decorrido do uso de explosivos, o caso é de homicídio qualificado.
- 4 Carlos, mediante ameaça com arma de fogo, obrigou Filipe, condutor de um veículo, a levá-lo ao caixa eletrônico de um banco, no qual o segundo possuía conta-corrente. Antes de irem ao caixa, porém, Carlos pôs Filipe na mala do veículo e passou algumas horas rodando pela cidade. Ao chegarem ao caixa, aquele exigiu deste que sacasse determinada quantia em dinheiro, para poder liberá-lo. Nessa situação, Carlos não cometeu crime de roubo.
- 5 Abílio era titular de uma empresa e, certo mês, efetuou a dedução, na folha de pagamentos, do percentual devido pelos empregados, o qual recolheu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Contudo, não pagou o valor correspondente ao percentual devido pela própria empresa. Sabendo que a legislação previdenciária obriga os empregadores a deduzirem da remuneração de seus empregados um percentual, devido ao INSS e que, além disso, o próprio empregador é também obrigado a pagar a essa autarquia, com seus próprios recursos, determinado percentual da remuneração, então, nessa situação, Abílio não cometeu o delito denominado apropriação indébita previdenciária.

QUESTÃO 18

Relativamente ao direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 1 Se um agente de polícia participar de investigações e operações policiais, sem autorização, ciente de que, em virtude de procedimento administrativo disciplinar, está cumprindo, naquele período, pena de suspensão, essa conduta poderá configurar infração administrativa, mas não crime.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Eduardo era servidor público e sabia que parente seu formulara requerimento administrativo, dirigido à autoridade com a qual ele trabalhava. Valendo-se de suas relações profissionais com a autoridade, Eduardo, em conversa com ela, procurou convencê-la de que o pleito merecia ser acolhido. De fato, o parente de Eduardo buscava obter vantagem a que realmente tinha direito.
Nessa situação, Eduardo praticou o crime de advocacia administrativa, apesar de o requerimento buscar direito legítimo do requerente.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Carla era delegada de polícia e, durante período de licença da função, exigiu de um criminoso determinado valor, alegando que, se não o recebesse, iria levar aos autos de um inquérito policial sob sua responsabilidade determinadas provas que o incriminariam. Este concordou com a exigência de propina feita pela servidora criminosa, mas não chegou a pagá-la, pois, antes disso, foi preso por outro delegado.
Nessa situação, Carla não chegou a cometer crime algum, por dois motivos: fez a exigência fora da função, durante licença, e não chegou a receber a vantagem indevida.
- 4 Se um desonesto auditor fiscal da Receita Federal aceitar oferta de propina, feita por contribuinte, para deixar de lançar tributo por este devido, não terá cometido o delito de corrupção passiva tipificado no CP.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Certo contribuinte apresentou à Secretaria da Receita Federal (SRF) declaração falsa do imposto sobre a renda, com valores inferiores aos reais dos rendimentos que percebera no exercício. As informações falsas, porém, não impediram o lançamento do tributo, mas apenas reduziram o valor que a SRF veio a lançar.
Nessa situação, não chegou a haver crime contra a ordem tributária, mas simples débito fiscal.

QUESTÃO 19

Em relação ao direito penal e à execução penal, julgue os itens abaixo.

- 1 A fuga constitui falta disciplinar para o preso, nos termos da Lei de Execuções Penais; se, porém, uma fuga for descoberta antes de consumar-se, os presos nela envolvidos não poderão sofrer sanção, pois as faltas disciplinares não se punem na forma tentada.
- 2 Se um preso trabalhar 120 dias durante a execução da pena, terá direito a remir 60 dias dela, por decisão judicial, salvo se vier a ser condenado por falta grave.
- 3 Se um indivíduo for condenado por homicídio cometido mediante emboscada, esta qualificadora, na forma da lei, se for reconhecida pelo órgão julgador, caracterizará o crime como hediondo.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.

Quatro indivíduos compunham grupo de extermínio procurado havia tempo pela polícia. Em certo momento, um dos integrantes do grupo dirigiu-se à polícia e, voluntariamente, forneceu informações e provas que possibilitaram a prisão do grupo.

Nessa situação, de acordo com a Lei dos Crimes Hediondos, o integrante do grupo de extermínio que colaborou com a polícia judiciária deverá ser denunciado e processado pelo Ministério Público (MP), mas deverá ficar isento de pena, ao ser sentenciado.

- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo pouco esclarecido resolveu escrever pequeno livro, exaltando o que considerava serem virtudes do regime nazista alemão. A publicação chegou ao conhecimento do MP, que requisitou à polícia judiciária a instauração de inquérito policial e requereu judicialmente a apreensão do material. Posteriormente, encerradas as investigações, o MP ofereceu denúncia, e o indivíduo foi condenado por ofensa à lei que pune os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor (Lei n.º 7.716/1989).

Nessa situação, estritamente de acordo com a citada lei, era cabível a apreensão do material, conforme requerera o MP, mesmo não se tendo ainda instaurado o inquérito; além disso, transitada em julgado a sentença condenatória, deveria o juiz determinar a destruição da publicação.

QUESTÃO 20

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa à legislação penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um cidadão foi intimado para depor como testemunha em um inquérito policial e apresentou, como documento de identificação, cópia autenticada de sua cédula de identidade civil, cujo original afirmou estar perdido. O delegado que o ouviu resolveu apreender a citada cópia, embora não houvesse suspeita de inidoneidade dela. Nessa situação, o delegado agiu de maneira ilegal.
- 2 Um cidadão foi vítima de abuso de autoridade e pretende indenização do Estado pela lesão que sofreu. Nessa situação, na forma da lei que reprime o abuso de autoridade, ele somente poderá ajuizar a ação adequada depois de apurar-se, na via administrativa, a ocorrência do fato.
- 3 Júlia foi vítima de abuso de autoridade por parte de agentes públicos federais e representou ao MPF para que este promovesse a responsabilização penal daqueles. À representação, anexou as provas de que dispunha e indicou o modo de obter outras. O procurador da República a quem a representação foi enviada considerou haver indícios suficientes dos fatos e ofereceu denúncia. O juiz federal que recebeu os autos rejeitou a denúncia, sob o fundamento de ser indispensável a apuração do fato, seja pela administração pública, seja por meio de inquérito policial. Nessa situação, o juiz federal equivocou-se, pois deveria ter recebido a denúncia.
- 4 Um grupo de religiosos radicais capturou uma pessoa de outra religião e contra ela praticou longa sessão de ofensas, ameaças e castigos físicos. A vítima, posteriormente, comunicou o fato à polícia judiciária, que o apurou. O promotor de justiça que recebeu o inquérito ofereceu denúncia contra o grupo pelos crimes de ameaça e lesões corporais, afastando a imputação de tortura pelo fato de os integrantes do grupo não serem funcionários públicos. Nessa situação, o promotor de justiça incidiu em erro, pois a lei que reprime a tortura não pune apenas agentes públicos, mas pode também alcançar particulares.
- 5 Um agente de polícia resolveu torturar um preso sob sua guarda, e, antes que isso ocorresse, o delegado responsável tomou conhecimento da intenção do agente. O delegado não concordava com a tortura e não a praticou, mas nada fez para evitá-la. Nessa situação, tanto o agente quanto o delegado poderiam ser responsabilizados penalmente, com base na lei que define os crimes de tortura.

QUESTÃO 21

No que diz respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao inquérito policial e à legislação relativa a entorpecentes, julgue os itens seguintes.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Bartolomeu era advogado e costumava prestar assistência jurídica a estrangeiros. Certo dia, recebeu mensagem eletrônica de casal residente na Europa, com interesse em adotar criança brasileira. O casal propôs-lhe localizar criança com certas características e este aceitou, mediante determinado preço. Bartolomeu então procurou mulheres pobres que houvessem parido recentemente e ofereceu certa quantia em reais a uma delas, em troca da criança. Acertadas as condições, o casal veio ao Brasil, e Bartolomeu ajuizou requerimento de adoção.
Nessa situação, Bartolomeu não praticou crime algum, pois apenas agiu como advogado.
- 2 Se o dono de um imóvel consentir que nele se consumam ilegalmente substâncias entorpecentes, estará sujeito às penas previstas para o tráfico dessas substâncias.
- 3 No caso de prisão em flagrante por crime previsto na legislação que pune os delitos relacionados a entorpecentes, deve realizar-se, já no momento da lavratura do auto de prisão, exame pericial que ateste, em caráter definitivo, a natureza da substância proibida, sob pena de a prisão ter de ser relaxada pela autoridade judiciária.
- 4 Se, no curso de um inquérito policial, o advogado do indiciado protocolizar petição com virulentas ofensas contra o juiz da causa, em virtude da atuação deste, deverá o delegado responsável pela investigação, de ofício e imediatamente, instaurar novo inquérito para apurar o crime contra a honra do magistrado em razão da função.
- 5 Se, ao final do inquérito policial, o delegado ficar convencido de que o ato foi inequivocamente praticado em situação de legítima defesa, deverá lançar relatório minucioso das investigações nos autos e, em seguida, arquivá-los; nesse caso, o inquérito poderá ser desarquivado, desde que surjam novas provas.

QUESTÃO 22

No que se refere ao direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Danilo, pessoa violenta, tentou assassinar sua esposa, Julieta, durante briga do casal. Julieta registrou a ocorrência, e instaurou-se inquérito policial, que foi oportunamente remetido ao MP. O promotor de justiça ofereceu denúncia em face de Danilo por tentativa de homicídio. Iniciado o processo, Julieta procurou o promotor de justiça, dizendo-lhe que se reconciliara com o marido, que desejava “retirar a queixa” e que gostaria de encerrar o processo.
Nessa situação, considerando a natureza da ação penal, o pedido de Julieta não poderia ser atendido.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Eros foi vítima de injúria praticada por Isabel no dia 1.º de janeiro de 2001, em sua presença. Eros requereu a instauração de inquérito policial e, com base nele, seu advogado ofereceu queixa contra Isabel no dia 1.º de outubro de 2001.
Nessa situação, considerando a natureza da ação penal, a queixa oferecida por Eros, se houvesse cumprido os requisitos processuais, deveria ser recebida pelo juiz competente.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
A polícia descobriu um cadáver na comarca de Belo Horizonte – MG, e a perícia constatou que a morte não ocorrera naquela localidade. Posteriormente, as investigações identificaram Juvenal, residente e domiciliado na comarca de Diadema – MG, como autor do crime. Jamais se descobriu, porém, onde realmente o homicídio ocorrera.
Nessa situação, o juízo competente para o julgamento da ação penal seria, necessariamente, o da comarca onde o corpo foi localizado.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Afrodite recebeu financiamento do Banco do Brasil S.A., ao amparo de linha de crédito com verbas federais, para plantar lavoura de mandioca. Todavia, desviou os recursos do financiamento para a compra de uma casa na praia. Essa conduta configura crime contra o sistema financeiro nacional, cuja competência para julgamento é de juiz federal. Iniciadas as investigações, Afrodite assassinou um servidor público federal que as conduzia, crime cujo julgamento compete ao tribunal do júri federal.
Nessa situação, considerando que houvesse conexão entre os delitos, tanto o crime contra o sistema financeiro nacional quanto o homicídio deveriam ser julgados conjuntamente pelo tribunal do júri federal.
- 5 Devido ao princípio constitucional da presunção de inocência, compete ao MP produzir a prova da materialidade e da autoria do delito, de modo que o réu não precisa provar que é inocente; pela mesma razão — e também para não afetar a exigência de imparcialidade do órgão julgador —, não cabe ao juiz, segundo o Código de Processo Penal (CPP), determinar a produção de provas que possam vir a justificar a condenação do acusado.

QUESTÃO 23

No que diz respeito à prova e à prisão no direito processual penal, julgue os itens abaixo.

- 1 A despeito da natureza científica de boa parte das provas periciais, o fato de determinada perícia indicar que o réu foi o autor dos atos materiais em que se baseou a acusação não implicará necessariamente a condenação do acusado.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Uma equipe de policiais federais encontrava-se em plantão e foi comunicada de que algumas pessoas haviam acabado de cometer roubo contra agência da CAIXA. Após algumas horas de diligências e buscas, encontraram o grupo de criminosos com objetos que deram certeza aos policiais de eles haverem cometido o crime. A equipe, então, levou o grupo ao DPF, onde foi autuado em flagrante pelo delegado de Polícia Federal.
Nessa situação, agiu de maneira juridicamente válida o delegado ao lavrar o auto de prisão em flagrante.
- 3 Se um indivíduo praticar crime de seqüestro e este se prolongar por mais de uma semana, a polícia pode validamente realizar a prisão em flagrante do seqüestrador mesmo se somente o conseguir capturar ao final desse período, pois, nesse caso, o estado de flagrância perdurará.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Isabela já fora condenada, por sentença passada em julgado, pela prática de roubo, cuja pena cumprira. Além disso, figurava como ré em diversas ações penais por essa espécie de crime. Certo dia, o promotor de justiça recebeu mais um inquérito policial em que a polícia judiciária reunira provas de Isabela persistir nessa atividade criminosa. Por isso, juntamente com a denúncia, o membro do MP requereu a prisão preventiva dela.
Nesse caso, à luz do CPP, não havia fundamento para a autoridade judiciária decretar a prisão preventiva de Isabela, pois, como ela cumprira a pena da única condenação que sofrera, o fato de responder a outros processos não justificaria a prisão.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão foi denunciado pelo MP sob a acusação de haver cometido crime de lesões corporais. No curso do processo, veio aos autos prova de as lesões haverem surgido como consequência do estrito cumprimento do dever legal do acusado. Não obstante, o membro do MP entendeu, a certa altura, cabível a decretação da prisão preventiva do réu, motivo por que a requereu.
Nessa situação, em face da prova mencionada, a prisão preventiva não poderia ser validamente decretada.

Texto III – questões de 24 a 26

1 Lembremos que a modernidade se caracteriza não apenas por um novo modo de produção e de vida, mas também por uma nova forma de relacionamento entre os homens na sociedade, o que influi até mesmo no julgamento que fazemos uns dos outros. Essa forma de relacionamento, que vem desde a Revolução Industrial, é intermediada pelo trabalho, e os parâmetros para julgar as pessoas são o

4 dinheiro e a propriedade.

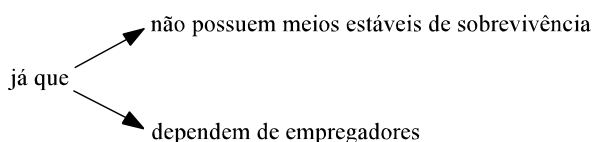
Entretanto, trabalho e dinheiro não estão disponíveis para todos. Em cidades superpopulosas, em meio às crises das indústrias, freqüentemente os trabalhadores se vêem sem meios de sobreviver. Essa relação entre os homens é, portanto, uma relação desigual, em que geralmente os trabalhadores estão em desvantagem, já que não possuem meios estáveis de sobrevivência e dependem de empregadores.

Andréa Buoro et al. *Violência urbana – dilemas e desafios*. São Paulo: Atual, 1999, p. 26.

QUESTÃO 24

Com respeito às idéias do texto III, julgue os itens a seguir.

- 1 A argumentação do texto reforça a idéia de que os parâmetros do dinheiro e da propriedade são justos e igualitários.
- 2 O segundo parágrafo é um comentário que apresenta idéias desfavoráveis à situação apresentada no primeiro.
- 3 O emprego do tempo e modo verbais de “Lembremos” (R.1) indica uma sugestão para o raciocínio que se segue.
- 4 A expressão “mas também” (R.1) introduz a complementação da idéia iniciada pela expressão antecedente “não apenas” (R.1).
- 5 Pelas relações semânticas, a estrutura lingüística localizada após a última vírgula do texto corresponde ao seguinte esquema:



QUESTÃO 25

Julgue os itens seguintes, a respeito das estruturas lingüísticas empregadas no texto III.

- 1 A substituição de “Lembremos” (R.1) por **Lembre-mo-nos** de provoca erro gramatical.
- 2 O trecho “que vem desde a Revolução Industrial” (R.3) está entre vírgulas por se tratar de uma oração explicativa.
- 3 A palavra “meio” (R.5) e seu plural “meios” (R.6) sugerem a idéia de incompletude para a expressão “cidades superpopulosas” (R.5), a que se referem.
- 4 O emprego do sinal indicativo de crase antes de “crises” (R.5) indica que aí está presente também o artigo definido feminino plural **as**.
- 5 Se o pronome relativo “que” (R.7, primeira ocorrência) for substituído por **qual**, a preposição que o antecede deve ser substituída por **na**.

QUESTÃO 26

A partir do texto III, e tendo em vista as condições gerais do atual quadro de uma economia globalizada, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O “novo modo de produção” (R.1) está intimamente ligado ao desenvolvimento científico e às incessantes inovações tecnológicas que dirigem o atual processo produtivo.
- 2 A “nova forma de relacionamento entre os homens” (R.1-2) pode ser traduzida, nos dias de hoje, pela vitória da solidariedade e do coletivismo sobre as antigas práticas individualistas.
- 3 Os caminhos percorridos pela globalização não têm sofrido contestação, provavelmente em face da compreensão geral acerca de sua inevitabilidade.
- 4 O avanço tecnológico, essencial ao atual estágio da economia globalizada, também pode contribuir para a redução da oferta de emprego e, conseqüentemente, de renda, como é dito no texto: “trabalho e dinheiro não estão disponíveis para todos” (R.5).
- 5 Sob o ponto de vista do mundo do trabalho, na era industrial, houve sensível transformação: da dependência dos empregados com relação aos empregadores, chegou-se, nos dias de hoje, a uma legislação trabalhista cada vez mais generosa com o trabalhador. No Brasil, durante o governo FHC, essa generosidade evidenciou-se principalmente para o funcionalismo público.

QUESTÃO 27

No texto abaixo, cada item indicado corresponde à expressão em negrito que o antecede. Julgue se cada uma dessas expressões está, no texto, gramaticalmente correta.

O fato de a 1 polícia agir violentamente contra as pessoas classificadas como suspeitas anula um dos direitos básicos da vida **em** 2 democracia: o de ser considerado inocente até que prove **se** 3 o contrário. Todos os **trâmites** 4 legais que envolvem a investigação, o processo e a possível condenação são substituídos pelo julgamento e pela execução sumária da pena, **mediante** 5 decisão isolada e arbitrária do policial.

Idem, *ibidem*, p. 53.

Texto IV – questões de 28 a 30

1 Em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda como

4 parte das atividades inaugurais da organização, fundada em 1945, visando construir um tempo novo para a humanidade.

7 A Declaração está aí, porém quantos a conhecem na íntegra? No Brasil, por exemplo, o infeliz e absurdo *slogan* praticado por muitos, afirmando que “direitos

10 humanos são direitos de bandidos”, tem servido para a justificação de todo tipo de absurdo cometido, negando o que é, na essência, ligado à proteção da vida e da

13 dignidade humanas. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, enunciado do artigo primeiro, é, em si, um programa de trabalho

16 praticamente inesgotável. Os desafios da construção solidária — porque trabalhada em conjunto, fortalecida, sólida — da liberdade e da igualdade, sob as oscilações

19 decorrentes da ordem mundial, passando da bipolaridade para as polaridades difusas ou múltiplas polaridades, demonstram que a Declaração estabeleceu apenas

22 direções, que têm ajudado a humanidade a manter-se, minimamente, no caminho da sobrevivência.

Em tempos de violência, tão globalizada como a

25 economia, há os que colocam sob suspeita e risco o respeito aos direitos humanos. Erro brutal, porque, se faltarem até os mínimos que a consciência humana

28 estabeleceu para si mesma, não se terá mais a base comum sobre a qual caminhar.

Roseli Fischmann. *Correio Braziliense*, 10/12/2001 (com adaptações).

QUESTÃO 28

Em relação às idéias do texto IV, julgue os itens que se seguem.

- 1 Pela argumentação do texto, depreende-se que a autora considera a Declaração Universal dos Direitos Humanos uma idéia insuficiente para construir um tempo de paz e que deve ser substituída por outro documento mais radical contra a violência.
- 2 Segundo o texto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é abrangente, mas detalhada e minuciosa, de modo a oferecer diretrizes específicas e concretas para aplicação localizada e imediata.
- 3 De acordo com a argumentação do texto, infere-se que o conceito de globalização restringe-se aos aspectos financeiros e econômicos das diversas nações.
- 4 Conforme o texto, a humanidade, para preservar suas possibilidades de sobrevivência, precisa respeitar os objetivos mínimos de liberdade e igualdade que estabeleceu para si como uma base comum.
- 5 Infere-se do texto que muitos acreditam que os marginais, os delinquentes, os transgressores da lei não são dignos de exigirem para si os direitos humanos aplicáveis aos cidadãos honestos.

QUESTÃO 29

Em relação ao texto IV, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Mantêm-se as relações semânticas e a correção gramatical ao se substituir o gerúndio “visando” (R.5) pela expressão **de que visava**.
- 2 O desenvolvimento do texto sugere que uma resposta à pergunta formulada nas linhas 7 e 8 poderia ser: **Poucos; muito menos do que seria desejável**.
- 3 O emprego da locução verbal “tem servido” (R.10) indica que o *slogan* a que se refere já não serve mais.
- 4 A expressão entre travessões das linhas 17 e 18 representa um aposto explicativo de “construção solidária” (R.16-17).
- 5 O acento gráfico em “têm” (R.22) justifica-se pela concordância com “direções” (R.22).

QUESTÃO 30

Acerca dos temas tratados no texto IV, julgue os seguintes itens.

- 1 Conclui-se do texto que “construir um tempo novo para a humanidade” (R.5-6) foi o objetivo das atividades inaugurais da ONU.
- 2 A partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, observou-se crescente esforço coletivo no sentido de dar consistência aos princípios nela presentes; entre as décadas de 60 e 80 do século passado, ninguém promoveu mais avanço nesse setor que a América Latina.
- 3 A inexistência de um órgão específico para o trato das questões relativas aos direitos humanos, no âmbito do Estado brasileiro, é prova incontestável de que o país ainda precisa avançar muito nesse aspecto.
- 4 A passagem da bipolaridade para as polaridades difusas ou múltiplas polaridades marca o fim de uma era caracterizada pelo confronto americano-soviético, substituída por um novo quadro de poder mundial que ainda não está claramente definido.
- 5 A Declaração Universal dos Direitos Humanos inscreve-se em um contexto histórico amplo, no qual a idéia da cooperação internacional é defendida como forma de superar as barreiras do atraso, da miséria e da ignorância, o que justifica a existência de organismos como UNICEF, UNESCO e FAO, entre outros, na estrutura da ONU.

QUESTÃO 31

Mas quanta liberdade nos restará com essas ameaças, quantos dos direitos humanos que consideramos indiscutíveis? Viveremos em um clima em que cada qual espiona todos os demais? Quer me parecer evidente que os direitos humanos serão bem reduzidos se a humanidade enfrentar uma luta pela sobrevivência. Mas tal não quer dizer que chegaremos, sem remissão, ao extremo de uma sociedade orwelliana. Por ora, pode não passar de mais vigilância e mais atenção. Em muitas partes do mundo, essa vigilância é do cotidiano, e um estranho que acesse a rua não passa despercebido. Nós nos acostumamos a não nos meter na vida de ninguém e a considerar o direito à privacidade essencial e inviolável. Temo que isso vá mudar. Nesse aspecto, o mundo nunca mais será o mesmo. Até onde irão as restrições? Isso, infelizmente, não depende de nós, mas dos terroristas.

Walter Laqueur. **O terrorismo pode ser vencido?**
In: *Veja*, 26/12/2001, p. 116-8 (com adaptações).

Considerando o comentário do texto acima acerca do embate entre a preservação dos direitos fundamentais e as medidas antiterroristas da atualidade, à luz do direito constitucional brasileiro, julgue os itens abaixo.

- 1 No Brasil, seria juridicamente admissível, em face da Constituição, o julgamento de terroristas em tribunais especiais, com restrição ao direito de defesa, desde que esses tribunais fossem criados por meio de emenda constitucional.
- 2 O Brasil não possui legislação específica que puna atos terroristas como crime; em consequência, se for promulgada lei nova que trate do assunto, ela não poderá, em nenhuma hipótese, aplicar-se a atos de terrorismo praticados anteriormente à sua entrada em vigor, devido ao princípio da irretroatividade da lei penal.
- 3 Se um indivíduo for preso em flagrante no Brasil por ato de terrorismo e for primário, possuir bons antecedentes, bem como profissão e endereço certos, ele não precisará necessariamente responder ao processo na prisão, pois poderá obter liberdade provisória mediante fiança, revogável a qualquer tempo.
- 4 Não obstante a proteção jurídica ao direito à vida, é constitucionalmente admissível que atos de terrorismo venham a ser punidos com morte, no Brasil, pela legislação infraconstitucional, em determinadas circunstâncias.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Um delegado de Polícia Federal tomou conhecimento de que um servidor do DPF poderia estar envolvido com atos criminosos praticados por organização terrorista. Em consequência, resolveu abrir sindicância para confirmar a veracidade da notícia e, posteriormente, instaurar inquérito policial. A fim de monitorar a atividade do servidor, o delegado requereu judicialmente, no curso da sindicância, em sigilo, a interceptação das comunicações telefônicas do suspeito. Para tanto, levou ao conhecimento do juiz os indícios de que dispunha.

Nessa situação, mesmo em face de indícios consistentes, não poderia o juiz decretar a quebra do sigilo telefônico do servidor.

Texto V – questões 32 e 33

A maioria dos comentários sobre crimes ou se limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a violência do cinema e da televisão, por excitar a imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que vivemos em uma sociedade que estimula, de forma sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não podemos interferir na política, porque nos ensinaram a perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso é coisa de “obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo fanático”, e o mundo é dos fazedores de dinheiro.

Somos uma espécie que possui o poder da imaginação, da criatividade, da afirmação e da agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar, a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade — a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. In: *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

QUESTÃO 32

Acerca das idéias do texto V, julgue os seguintes itens.

- 1 Muitos acreditam que a censura aos meios de comunicação seria uma forma de reduzir a violência entre jovens.
- 2 A argumentação do texto põe em confronto atitudes possíveis: uma que se caracteriza por passividade e impotência, outra, por resistência criativa.
- 3 O trecho “Não podemos (...) dinheiro” (R.7-14) apresenta exemplificações que funcionam como argumentos para a afirmação do período que o antecede.
- 4 Infere-se do texto que o autor culpa a violência do cinema e da televisão pela disseminação da violência nos dias atuais.
- 5 De acordo com as idéias defendidas no texto, as formas positivas de dar sentido à vida e experimentar a sensação de poder vinculam-se à maneira como se usa a capacidade de doação e de transformação.

QUESTÃO 33

Julgue os itens a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto V.

- 1 Na linha 2, é obrigatório o emprego da forma verbal “limitam” para concordar com o sujeito da oração.
- 2 As relações semânticas entre os dois primeiros períodos do texto permitiriam iniciar o segundo período com a conjunção **No entanto**.
- 3 O pronome indefinido “Poucos” (R.4) refere-se a jovens de imaginação criminosa.
- 4 O emprego das aspas nas linhas 13 e 14 indica a simulação de comentários de outras pessoas, retomadas pelo autor.
- 5 Antes da forma verbal “Somos” (R.15), seria coerente com as idéias do texto introduzir, para o fim de articulação sintática entre os parágrafos, a expressão **Em consequência disso**.

QUESTÃO 34

A violência é um problema crescente nas cidades. A liberação feminina tem como efeito colateral grave o fato de as mulheres estarem mais expostas ao risco. Além de enfrentar a violência doméstica — que, por incrível que pareça, segundo dados do Ministério da Justiça, atinge 80% das mulheres em idade adulta em algumas capitais —, elas têm de encarar perigos nas ruas. Dirigindo sozinhas, andando à noite e se aventurando por locais menos movimentados, as moças são uma isca para assaltantes. Mas os números mostram que elas estão reagindo. Entre 1999 e 2001, o número de queixas registradas nas 125 delegacias de defesa da mulher do estado de São Paulo aumentou quase 50% — já são 30.000 reclamações por mês.

Veja – Especial Mulher, p. 89 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito do texto acima.

- 1 O desenvolvimento do texto mostra uma das formas por que a violência cresce nas grandes cidades, de acordo com a oração introdutória.
- 2 Na linha 2, o emprego da preposição “de” sem contração com o artigo “as” indica que a expressão “as mulheres” constitui o sujeito de outra oração.
- 3 Para respeitar as regras de regência da norma culta, tanto a preposição “de” como a conjunção **que** podem ser empregadas após o verbo “têm” (R.6).
- 4 Depreende-se do texto que a expressão “estão reagindo” (R.8-9) remete ao aumento do número de registro de queixas.
- 5 A criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher integra o contexto histórico da redemocratização brasileira, a partir de meados da década de 80 do século XX, processo que teve na Constituição de 1988 — a **Constituição cidadã**, como a definia Ulysses Guimarães — um de seus momentos mais expressivos.

Texto VI – questões 35 e 36

No nosso cotidiano, estamos tão envolvidos com a violência que tendemos a acreditar que o mundo nunca foi tão violento como agora: pelo que nos contam nossos pais e outras pessoas mais velhas, há dez, vinte ou trinta anos, a vida era mais segura, certos valores eram mais respeitados e cada coisa parecia ter o seu lugar.

Essa percepção pode ser correta, mas precisamos pensar nas diversas dimensões em que pode ser interpretada. Se ampliarmos o tempo histórico, por exemplo, ela poderá se mostrar incorreta.

Embora a violência não seja um fenômeno dos dias de hoje, pois está presente em toda e qualquer sociedade humana, sua ocorrência varia no grau, na forma, no sentido que adquire e na própria lógica nos diferentes períodos da História. O modo como o homem a vê e a vivencia atualmente é muito diferente daquele que havia na Idade Média, por exemplo, ou em outros períodos históricos em outras sociedades.

Andréa Buoro *et al.* **Violência urbana – dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999, p. 12 (com adaptações).

QUESTÃO 35

Com relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto VI, julgue os itens abaixo.

- 1 Por referir-se ao sujeito da oração iniciada com “tendemos” (R.2), a forma verbal no infinitivo “acreditar” (R.2) poderia ser empregada flexionada: **acreditarmos**.
- 2 Se, em lugar do pronome plural “nos” (R.3), fosse empregado o singular, **me**, o verbo que o segue deveria ser empregado no singular: **conta**.
- 3 Na linha 5, a forma verbal “parecia ter”, empregada no singular, é gramaticalmente invariável: mesmo que o sujeito fosse plural, ela teria de ser empregada no singular.
- 4 Se o trecho “toda e qualquer sociedade humana” (R.10) fosse reescrito no plural, ter-se-ia: **todas e qualquer sociedades humanas**.
- 5 Se “O modo” (R.12) for empregado no plural, é obrigatória a substituição do restante do sujeito por **como os homens a vêem e a vivenciam**.

QUESTÃO 36

Julgue os seguintes itens, a respeito do emprego dos sinais de pontuação no texto VI.

- 1 Pela função que desempenha no texto, o sinal de dois-pontos depois de “agora” (R.3) corresponde à idéia de **pois**, colocado entre vírgulas.
- 2 Para melhorar a clareza do texto, sem ferir a correção gramatical, deveria ser introduzido o termo **atrás**, entre vírgulas, imediatamente após a palavra “anos” (R.4).
- 3 Pelo seu sentido textual, a oração entre vírgulas “pois está presente em toda e qualquer sociedade humana” (R.10) poderia vir entre parênteses.
- 4 Se a oração “pois está presente em toda e qualquer sociedade humana” (R.10) fosse retirada do texto, seria também obrigatória a retirada de ambas as vírgulas que a isolam.
- 5 Na linha 14, a inserção de uma vírgula após “períodos históricos” alteraria as relações semânticas entre essa expressão e “outras sociedades” (R.14-15).

QUESTÃO 37

Em dezembro de 2001, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números relativos ao Censo 2000. Eles mostram, entre outras inúmeras informações, a ampliação da expectativa de vida dos brasileiros, a crescente presença das mulheres na chefia das famílias, os homens como grandes vítimas da violência e a redução do analfabetismo no país. Todavia, reafirmam a persistência do quadro de profundas desigualdades. Acerca desse cenário, julgue os itens que se seguem.

- 1 Ao lado do aumento da expectativa de vida, destaca-se a redução da mortalidade infantil, para a qual têm contribuído, além de políticas públicas para o setor, a ação da sociedade, de que a Pastoral da Criança é exemplo expressivo.
- 2 Além de apresentar um contingente feminino um pouco superior, a população brasileira envelheceu, com os idosos passando a constituir um grupo maior na população.
- 3 A inexistência de aposentadoria remunerada para os idosos brasileiros ajuda a explicar a redução da renda média nacional e a ampliação das desigualdades entre os grupos sociais.
- 4 Uma das grandes surpresas do Censo 2000 foi a constatação de que, ao mesmo tempo em que se amplia a participação feminina na chefia das famílias, estas aumentam de tamanho, com as mães tendo mais filhos que há dez anos.
- 5 O acesso ao ensino fundamental contempla, hoje, mais de 95% das crianças na correspondente idade escolar, o que aponta para a tendência à sua universalização; no entanto, sabe-se que a educação brasileira ainda não conseguiu vencer a batalha da qualidade, apesar de a Constituição da República, em seu título **Da Ordem Social**, ter a garantia de padrão de qualidade do ensino como um de seus princípios.

QUESTÃO 38

Os fragmentos abaixo constituem um texto mas estão ordenados aleatoriamente.

- I Isso sugere uma crescente percepção de que existe algo que pode ser chamado de “bem público”, algo que pertence à coletividade e deve ser protegido.
- II Aparecem muito nos noticiários, associados ao crime organizado, ao tráfico de drogas. É como se esse tipo de crime, ao atingir setores até então protegidos da sociedade, descobrisse seu lado mais sombrio.
- III Hoje em dia, fala-se muito em crimes de corrupção e roubo ao patrimônio público.
- IV Porém os crimes que mais reconhecemos como tal são o roubo ao patrimônio particular, os furtos, os assaltos e os assassinatos que ocorrem nas cidades.
- V Consequentemente, nossa atenção está muito voltada para os roubos seguidos de assassinato e para os dados estatísticos que indicam o aumento do número de homicídios em determinados bairros. Esses têm sido os crimes “por excelência”, os que mais ocupam o espaço do debate público.

Andréa Buoro *et al.* **Violência urbana – dilemas e desafios**.
São Paulo: Atual, 1999, p. 26 (com adaptações).

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens a seguir.

- 1 O fragmento II deve ser o período inicial do texto porque traz uma idéia introdutória e não se refere a antecedentes.
- 2 No fragmento I, a expressão “Isso sugere” resume e retoma a idéia do fragmento IV.
- 3 A conjunção “Porém”, no fragmento IV, introduz uma idéia oposta à argumentação colocada nos fragmentos I e III.
- 4 O termo “Consequentemente”, no fragmento V, relaciona-se à idéia daquilo que “mais reconhecemos” como crime, apresentada no fragmento IV.
- 5 O sujeito de “Aparecem”, no fragmento II, está no fragmento I; por isso, esses fragmentos devem ser mantidos juntos na ordem em que estão.

QUESTÃO 39

- 1 Perguntamo-nos qual é o valor da vida humana. Alguns setores da sociedade acreditam que a vida do criminoso não tem o mesmo valor da vida das pessoas honestas. O problema é que o criminoso pensa do mesmo modo: se a vida dele não vale nada, por que a vida do dono da carteira deve ter algum valor? Se provavelmente estará morto antes dos trinta anos de idade (como várias pesquisas comprovam), por que se preocupar em não matar o proprietário do automóvel que ele vai roubar?

Idem, ibidem, p. 53.

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Há um consenso na sociedade de que o valor da vida não é hierárquico, é equivalente para todos os seres humanos.
- 2 Os criminosos acreditam que o valor da vida das pessoas que são por eles roubadas é superior ao valor de sua própria vida.
- 3 O uso da primeira pessoa do plural em “Perguntamo-nos” (R.1) tem a função generalizadora de estender o questionamento a qualquer ser humano.
- 4 O primeiro período do texto dispensa o ponto de interrogação por tratar-se de interrogação indireta.
- 5 Seria correto colocar sinal de dois-pontos após “Perguntamos” (R.1) e ponto de interrogação após “humana” (R.1).

Como o exemplo abaixo, matéria de capa de um jornal brasileiro, as manchetes de grande parte da imprensa mundial publicadas em 20 de dezembro de 2001 destacavam a dramaticidade da crise argentina.

O presidente Fernando de la Rúa decretou estado de sítio com toque de recolher em todo o território argentino por trinta dias. O país entrou em convulsão social. Em Buenos Aires, supermercados e lojas comerciais são saqueados com regularidade. Nas ruas, protestos populares contra o governo ocorrem a todo instante. Seis pessoas já morreram em confrontos com policiais e comerciantes. Fernando de la Rúa foi apedrejado ao sair de uma solenidade. Analistas internacionais esperam a renúncia do presidente. Até o papa João Paulo II pediu calma à população.

Correio Braziliense, 20/12/2001, capa.

Com relação ao assunto do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Uma prolongada recessão, aliada à rigidez do atrelamento do peso ao dólar, decisão defendida por Domingo Cavallo quando de sua primeira passagem pelo Ministério da Economia, estão entre as causas da atual crise vivida pelo país.
- 2 A decisão argentina de afastar-se temporariamente do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), logo no início do governo de Fernando de la Rúa, mostrou-se inócua, não tendo solucionado os principais problemas da economia do país.
- 3 Para os analistas, a austera posição assumida pelo governo brasileiro, em nada cedendo nas relações comerciais com a Argentina, foi um dos fatores decisivos para o aprofundamento da crise de seu antigo parceiro na integração regional.
- 4 A renúncia do presidente Fernando de la Rúa, em meio a intensas e violentas manifestações populares, remete ao ocorrido com o presidente Alfonsín, que, premido pelas circunstâncias adversas, entregou o poder ao sucessor eleito, Carlos Menem, antes da data prevista.
- 5 No Brasil, as medidas de proteção da ordem constitucional, que são o estado de defesa e o de sítio, somente podem ser decretadas pelo presidente da República, que deve submeter o decreto respectivo ao Congresso Nacional; desse modo, mesmo que se configure situação passível de ensejar aqueles estados, o Poder Legislativo não tem competência para decretá-los, se isso não for feito pelo chefe do Poder Executivo, com base em juízo político.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **cinco** pontos, faça o que se pede, usando as páginas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliadas** as provas que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Vivemos em uma sociedade que estimula o desejo de ser diferente por meio do consumo de produtos especiais, mas na qual, ao mesmo tempo, uma enorme massa de excluídos dribla a fome diariamente. Em uma sociedade assim, mais polícia e Exército nas ruas e grades nas casas não resolvem o problema da violência.

Andréa Buoro *et al.* **Violência urbana – dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999, p. 27.

Um dos principais fenômenos de comportamento das últimas duas décadas nas grandes cidades brasileiras foi o crescente abandono da rua como espaço de convivência e lazer, com o conseqüente confinamento para os espaços fechados, privados e seguros.

Idem, ibidem.

Considerando que as idéias apresentadas acima e nos textos da prova objetiva têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

A violência tem várias causas e modifica os costumes da sociedade.